

Questionário  
sobre Violência

Responda até o dia 15/9 o  
questionário encartado na edição  
anterior. Ajude a melhorar  
as condições de segurança  
nos campi da USP

Nº 55 setembro 99

# Adusp

INFORMATIVO

Universidade de São Paulo

Seção Sindical da Andes-SN

*Ato Público contra o projeto Covas no Palácio, dia 17*

## Paralisação será decidida em assembléia nesta quarta, 15

No próximo dia 17, 6ª feira, às 14 horas, o funcionalismo fará uma nova manifestação de repúdio ao projeto previdenciário do governador Covas, desta vez diante do Palácio dos Bandeirantes. Por isso, no dia 1º (*foto ao lado*), os docentes da USP aprovaram a proposta de indicativo de paralisação das atividades no dia 17. Foi recomendada a realização de assembléias setoriais precedendo a nova assembléia, convocada para o dia 15, com o objetivo de deliberar sobre a paralisação para participação no ato diante do Palácio.



Daniel Garcia

### Sua presença faz diferença

*Todo mundo sabe (até o governo) que o projeto Covas de previdência é uma violência contra os funcionários.*

*O governo espera contar com a sua passividade.*

*Nós, porém, contamos com a sua consciência.*

*Nossas condições de vida e trabalho precisam da sua mobilização, já!*

#### Assembléia da Adusp

Quarta-feira, 15/9, às 17 horas,  
no auditório Abraão de Moraes,  
no Instituto de Física.

#### Ato no Palácio

Sexta-feira, 17/9, às 14 horas.  
Ônibus da Adusp às 13h15. Encontro  
no Colégio Miguel de Cervantes  
(Av. João Jorge Saad), às 13h30.

# Assembléia indica paralisação no dia 17

Os docentes presentes à assembléia do dia 1º de setembro aprovaram, por unanimidade, a proposta de indicativo de paralisação das atividades na USP no próximo dia 17. A idéia é reforçar a grande mobilização de protesto dos servidores públicos estaduais em frente ao Palácio dos Bandeirantes, convocada para a mesma data, com a finalidade de levar o governo Covas a retirar ou reverter seu projeto previdenciário. Nova assembléia dos docentes ficou marcada para o dia 15, com o objetivo de deliberar sobre a paralisação e organizar a participação na manifestação do dia 17.

Antes da assembléia, a Adusp deu início ao debate das emendas ao projeto apresentadas na Assembléia Legislativa. Participaram do debate, como convidados, o presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp),

João Eduardo de Carvalho, e o assessor da bancada do PT na Assembléia Legislativa, Wanderley José de Freitas.

João Eduardo aponta graves distorções no projeto, entre elas a divisão dos servidores em duas categorias: aqueles que já são servidores do Estado até a aprovação do projeto, para os quais está garantida a aposentadoria integral; e aqueles que virão a ser servidores após a aprovação, para os quais a aposentadoria não poderá exceder o teto previsto no regime geral da previdência social (R\$ 1.200,00, hoje).

## Passivo de R\$ 63 bi

O presidente da Afresp também falou da implementação do Fundo Previdenciário, salientando a importância de sua gestão. O próprio governo estadual estima em R\$ 63 bilhões o passivo atuarial do sistema. Essa dívida,

se fosse paga, constituiria montante inicial para o Fundo, podendo tornar menores as alíquotas cobradas dos servidores. Deste cálculo estão excluídos os cerca de 200 mil servidores temporários ou ACTs, como os precários da USP. Caso os ACTs fossem incluídos, a cifra ultrapassaria 100 bilhões de reais. João Eduardo defende o pagamento de juros e multas pelo governo sempre que ele atrasar o repasse de verbas ao Fundo.

Pelo projeto, a gestão do Ipesp seria totalmente controlada pelo governo, uma vez que até mesmo os representantes dos servidores nos cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Junta de Recursos seriam indicados e designados pelo governador. João Eduardo propõe que os próprios servidores escolham seus representantes, cabendo ao governador apenas a designa-

ção formal dos indicados.

“É necessário perseverança. Se não conseguirmos mobilização, não pensem que o deputado que dá sustentação ao governo vai mover uma pena em favor de vocês”, afirmou o assessor parlamentar José de Freitas. Para ele, a proposta de Covas é um engodo porque não respeita nenhum critério atuarial, e para combatê-la o melhor caminho é a pressão e articulação dos servidores junto aos deputados.

Freitas defende ainda a profissionalização da diretoria executiva do Ipesp e a instituição de alíquotas “suportáveis” de contribuição. “É inadmissível que o governo queira tratar todos os servidores que ganham acima de R\$ 2.500,00 como se fossem marajás”, argumentou, referindo-se a alíquotas que chegam a 25% sobre a parcela do salário-contribuição que exceder aquele valor.

## Projetos golpeiam estabilidade do servidor

### *Governo federal exclui a Educação e a Saúde das carreiras de Estado*

No debate promovido pela Adusp antes da Assembléia do dia 1º de setembro, o presidente da Associação dos Fiscais de Renda de São Paulo chamou nossa atenção para dois projetos do governo, em tramitação no Congresso Nacional, que têm relevância para nossa discussão sobre Previdência: o projeto de lei complementar (PLC) 248/98 e o projeto de lei federal (PL) 4811/98.

O PLC 248/98 determina as condições em que servidores efetivos podem ser demitidos e dá outras providências, entre as quais a definição de quais carreiras são serviços exclusivos de Estado. Serão apenas estas as carreiras com direito à efetividade. Esta lista (artigo 15), que inclui magistrados, diplomatas, policiais federais, fiscais de renda e técnicos e pesquisadores do IPEA, entre

outras, exclui professores e servidores da Saúde, em todos os níveis: federal, estadual e municipal.

Não há dúvida de que este será um golpe profundo tanto na Educação quanto na Saúde públicas, abrindo caminho para privatização ainda mais intensiva. A “lógica” do governo FHC é a seguinte: nos serviços denominados “exclusivos de estado” não pode haver sublocação à iniciativa privada e os servidores nestas funções têm direito à efetividade. Mas a estabilidade, como a conhecemos, desaparece. Por exemplo, se faltar dinheiro para o pagamento de servidores efetivos, eles serão colocados em disponibilidade, recebendo salário proporcional ao tempo de serviço, isto é, se está na função há 7 anos, receberá apenas 7/35 (= 1/5) do salário da ativa, ou 20%.

Nos serviços em que pode haver sublocação à iniciativa privada, entre os quais estão Saúde e Educação, a “idéia” é tratar os servidores do mesmo modo que na iniciativa privada, eliminando obstáculos para a privatização.

O PL 4811/98 completa este quadro, estipulando que, no governo federal, todos os servidores que não trabalham em serviços exclusivos de Estado serão CLT, podendo ser demitidos a qualquer tempo por falta de dinheiro ou por “avaliação de desempenho insuficiente”. O texto, que já foi aprovado no Senado e tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados, nada diz em relação a estados e municípios. Segundo informações que obtivemos, estas regras parecem não se aplicar ao atual quadro de efetivos do serviço público. De to-

do modo, desenham um quadro opressivo para o futuro.

A Adusp organiza, em conjunto com outras entidades, a apresentação de emendas ao PLC 248/98, que tramita no Senado, já aprovado na Câmara dos Deputados. O conteúdo destas emendas é, de um lado, garantir que em serviços estratégicos do Estado, como Saúde e Educação, os servidores públicos tenham os mesmos direitos que os dos serviços exclusivos de Estado; de outro, remover a cláusula que versa sobre o confisco de salários em caso de “falta de dinheiro”. Precisamos ficar atentos ao desenrolar de mais este golpe do governo FHC contra a Educação e Saúde públicas. Cópias do PLC 248/98 e do PL 4811/98 encontram-se à disposição de todos na página da Adusp na Internet.

PREVIDÊNCIA

# Emendas sinalizam repulsa a projeto de Covas

*Um grupo de docentes preparou um panorama das 756 emendas apresentadas pelos deputados estaduais ao projeto previdenciário do Covas. O alto número de emendas indica a repulsa generalizada ao projeto. O panorama destaca as que alteram os aspectos mais graves do sistema proposto pelo governador.*

## Você, Covas e as emendas contra o confisco

### Alíquotas



#### Projeto Covas

Alíquotas progressivas de 6% até 25%. De acordo com o projeto, um professor doutor com dois quinquênios e sem dependentes, que contribui para o IPESP com R\$ 193,20, passaria a contribuir com R\$ 578,00 — isto é, 17,76% do seu salário bruto. Além disso, o projeto prevê a revisão anual das alíquotas propostas, com base em critérios atuariais.

#### Emendas

O cálculo progressivo da contribuição previdenciária é rejeitado pela ampla maioria das emendas relativas ao valor da contribuição. Muitas das emendas defendem uma alíquota única. Nas justificativas, aponta-se o caráter confiscatório do projeto e o fato de o aumento progressivo ir além da capacidade contributiva dos servidores. Destaca-se que lei federal análoga ao projeto Covas está “sub judice” no Supremo Tribunal Federal.

### Direção do IPESP



#### Projeto Covas

Todos os membros da direção do IPESP — tanto os representantes do poder público como os da sociedade civil e dos servidores — seriam escolhidos pelo governador.

#### Emendas

Muitas delas propõem que os representantes dos servidores sejam eleitos por seus pares. Há várias emendas propondo alterações na composição dos órgãos colegiados e de execução do IPESP.

### Precários



#### Projeto Covas

Os precários estão excluídos do regime previdenciário próprio dos servidores.

#### Emendas

Todas propõem a inclusão, no regime próprio, dos servidores sem cargos efetivos, o que contempla a situação dos docentes precários da USP.

### Aposentados e pensionistas



#### Projeto Covas

Prevê descontos iguais aos dos servidores ativos para os aposentados e pensionistas.

#### Emendas

Um grande número propõe que os pensionistas sejam isentos de contribuição. Algumas isentam também os aposentados, e outras mantêm para eles a contribuição atual.

### Custeio



#### Projeto Covas

Propõe 16% de contribuição mensal do Estado no primeiro ano de vigência do regime previdenciário. Não há compromisso em relação aos anos subsequentes.

#### Emendas

Indicam um valor mínimo para a contribuição do Estado, maior que 16%, e não restrito ao primeiro ano de vigência do regime. O funcionalismo defende emenda aditiva responsabilizando o Estado pelo passivo atuarial passado.

# Bate-papo literário inaugura Coquetel Cultural

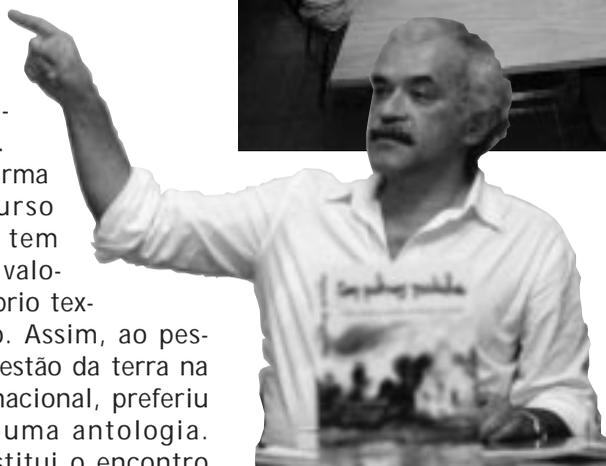
Daniel Garcia

O professor Flávio Aguiar, da FFLCH, lançou no último dia 6, na sede da Adusp, seu livro *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira* (Editora Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial), que reúne textos de 63 autores. O evento inaugurou o Coquetel Cultural (*fotos*), nova atividade permanente da Adusp. Na ocasião, Flávio apresentou outro livro seu, o romance *Anita*, a ser lançado brevemente.

A idéia de *Com palmas medida* surgiu em 1995, explica Flávio. "Diante da questão da terra, que ia se agravando, eu me dei conta de que esse tema não só era presente no Brasil desde que os portugueses chegaram, como está inti-

mamente ligado, de diversas formas, à própria instituição do mundo das letras no Brasil". E mais: "Está muito ligado, também, ao problema da criação, a partir do final do século 18, início do século 19, de uma literatura nacional. A idéia de uma literatura nacional, própria, autônoma, e os seus desdobramentos".

Flávio afirma que, no curso de Letras, tem procurado valorizar o próprio texto literário. Assim, ao pesquisar a questão da terra na literatura nacional, preferiu organizar uma antologia. "Nada substitui o encontro



com o texto literário. Essa pesquisa poderia ter acabado num livro de história desse tema na nossa literatura. Mas optei por uma antologia, porque achei que seria mais rico trazer essa pluralidade enorme de pontos de vista que se consubstanciaram na literatura".

## PREVIDÊNCIA

### Congregações condenam projeto

Novas manifestações de repúdio ao projeto previdenciário do governo estadual vêm sendo registradas. As câmaras municipais de Marília, Presidente Prudente e Ribeirão Preto aprovaram moções contrárias ao projeto. Na USP, tomamos conhecimento de que a Congregação do Instituto de Matemática e a Congregação do Instituto de Física aprovaram moções que condenam a iniciativa de Covas.

A moção da Física foi enviada ao reitor Jacques Marcovitch, sugerindo-lhe "a necessidade de negociações com o Governo Estadual visando corrigir o caráter draconiano da sua proposta", bem como o estudo da viabilidade de medidas judiciais.

A moção da Física manifesta "indignação com a propaganda através da mídia, que procura apontar os servidores públicos como os gran-

des culpados pelo déficit da previdência e pelo déficit público". Também aponta "a extrema injustiça de obrigar os funcionários a contribuir com recursos para cobrir rapidamente déficits originários do passado, provocados pela falta de contrapartida do Estado para a contribuição de um fundo de previdência e pelo péssimo gerenciamento do Ipesp".

Segundo o documento, a carreira universitária, que já apresentava salários inferiores aos do setor privado, agora perderá também a aposentadoria integral, comprometendo assim sua capacidade de atrair profissionais competentes. Finalmente, conclama toda a comunidade universitária a "enfrentar estes problemas", porque "estão em risco a autonomia da Universidade, a continuidade do RDIDP, e a manutenção do nível de excelência da USP".

## Resposta ao Desafio Matemático

No Informativo 53 apresentamos um Desafio Matemático com perguntas a respeito do acúmulo de capital, dentro de algumas hipóteses, de uma contribuição de 6% do empregador e 6% do empregado ao longo de 35 anos. Perguntamos também sobre qual seria o saldo após vários meses de pagamento da aposentadoria integral, sem nenhuma nova contribuição mas com a continuidade da correção monetária do capital restante. Dissemos que muitos se surpreenderiam com os resultados.

Dentre as respostas recebidas, coube ao professor Wang Jiang Chau, do Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica, receber o almoço de uma semana, para duas pessoas, no Clube dos Professores. Sua resposta diferiu um pouco da nossa, pois incluiu um mês a mais de correção monetária. A solução completa está no site da Adusp ([www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)), mas as respostas sumárias são as seguintes:

Fundo acumulado após 35 anos: **266 salários**

Saldo no Fundo:

- após 60 meses de aposentadoria: **402 salários**

- após 600 meses de aposentadoria: **64.998 sa-**

**lários.**

Não acredita? Faça a conta...

**Ajude a organizar a Assembléia Setorial de sua unidade!**